

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

**COMPARABILIDADE ENTRE CONTABILIDADE REGULATÓRIA E
SOCIETÁRIA: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO NO
PERÍODO DE 2010 A 2013**

GOIÂNIA
2015

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

Prof. Ms. Ednei Morais Pereira
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

**COMPARABILIDADE ENTRE CONTABILIDADE REGULATÓRIA E
SOCIETÁRIA: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO NO
PERÍODO DE 2010 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Ciências Contábeis, na Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo

GOIÂNIA

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Oliveira, Aline Ribeiro de

Comparabilidade entre contabilidade regulatória e societária: Um estudo das empresas do setor elétrico no período de 2010 a 2013 [manuscrito] / Aline Ribeiro de Oliveira. - 2015.

xlvi, 46 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) , Ciências Contábeis, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

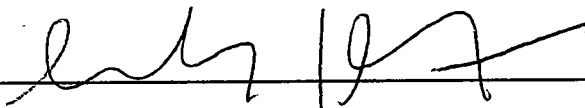
Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. Contabilidade Regulatória. 2. Comparabilidade. 3. Ativos e Passivos Regulatórios. I. Carmo, Carlos Henrique Silva do , orient. II. Título.

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

**COMPARABILIDADE ENTRE CONTABILIDADE REGULATÓRIA E
SOCIETÁRIA: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO NO
PERÍODO DE 2010 A 2013**

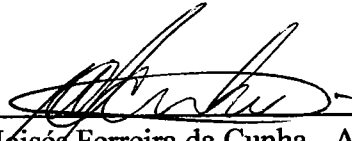
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo – Orientador
Universidade Federal de Goiás – UFG



Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro – Avaliador
Universidade Federal de Goiás – UFG



Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha - Avaliador
Universidade Federal de Goiás - UFG

Goiânia – GO, 22 de Junho de 2015.

Aos meus pais, Martha e Sidney.
Ao meu amigo Adelson Carneiro (*in
memorian*) e minha tia Cleusa Conceição (*in
memorian*).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Martha e Sidney, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Há duas pessoas no mundo em quem eu posso contar e confiar sempre, e essas pessoas são vocês. Muito obrigada por todo incentivo para que eu realizasse esse sonho de me formar pela Universidade Federal de Goiás. Sou extremamente grata por tudo. Tenho certeza de que eu e o Juninho compensaremos todas as abdições que vocês fizeram, e que ainda se orgulharão muito de nós.

Aos meus grandes amigos Ana Paula, Danilo, Mark, Haiany e Eunice pelo companheirismo, pelo apoio, pelos “puxões de orelha”, pelas risadas, pelas saídas, e por nunca desistirem de mim, mesmo quando eu estava insuportável. Muito obrigada por tudo!

Agradeço por ter conhecido e construído amizade com pessoas queridas nesses anos de graduação, em especial Karine, Isabela, Julyanna, Jéssica, Zhara e Ludmilla. Muito obrigada pelas festas de aniversário, pelas reuniões para estudar, pelas viagens (saudades, São Paulo!), pelas idas ao CCON passar vergonha andando de patins, pela ajuda com os trabalhos e provas, por nossas idas à Pamonharia e ao Espetinho... Tudo se tornou mais especial nessa caminhada depois que conheci vocês!

Agradeço pelas pessoas incríveis da minha “segunda” turma, Gabriel, Rosana, Tatyane e Jessika. Muito obrigada pela amizade e por nunca medirem esforços para me auxiliar nas matérias. Em especial ao Gabriel, por ter ajudado na construção deste trabalho, pelas dicas, por revisar e tirar um pouco do seu tempo, que é curto, para me dar apoio.

Ao meu chefe Cleiton, por ter sido paciente comigo nesses anos de estágio e por me incentivar sempre. Também as minhas amigas de trabalho Camilla e Helen. Vocês são pessoas incríveis e foram fundamentais nesses anos de CELG Geração & Transmissão.

Ao meu orientador professor Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo, por ter aceitado o meu pedido de orientação desse trabalho, pelos ensinamentos, profissionalismo, paciência e dedicação. Ao professor Dr. Alex Mussoi Ribeiro, pelo auxílio na construção do projeto de pesquisa e por participar da minha banca. Agradeço também ao professor Ms. Eduardo José dos Santos, pelo auxílio na pesquisa e no meu estágio na CELG Geração & Transmissão.

"Working hard is important. But there is something that matters even more, believing in yourself." – **J.K. Rowling**

RESUMO

Em 2010 foi aprovada a Resolução Normativa nº 396, que instituiu a contabilidade regulatória para as concessionárias e permissionárias de energia do setor elétrico brasileiro. Com essa resolução, as empresas ficaram obrigadas a apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com as contabilidades regulatória e societária. Com algumas diferenças de contabilização, essas demonstrações financeiras mensuram valores distintos para uma mesma realidade econômica. Assim, o objetivo desse trabalho consistiu em investigar a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro líquido nas demonstrações regulatórias e societárias das concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia do setor elétrico brasileiro. Para a consecução do objetivo, foi utilizado o Índice de Comparabilidade de Gray (1980), além de alguns testes adicionais. A amostra se baseou em todas as concessionárias de energia do setor elétrico brasileiro que divulgaram suas demonstrações financeiras regulatórias e societárias nos anos de 2010 a 2013, totalizando em 79 companhias. O estudo teve como resultados que os patrimônios líquidos e lucros líquidos societários foram superiores aos regulatórios, quando da análise das empresas do setor elétrico no geral. Na análise específica por tipo de atividade, as empresas de geração apresentaram patrimônios líquidos regulatórios, nos anos de 2010 e 2012, superiores aos societários; e nos anos de 2011 e 2013, inferiores aos societários. Já os lucros líquidos societários foram superiores aos regulatórios em todos os anos de análise. As empresas de transmissão indicaram que os patrimônios líquidos e os lucros líquidos societários foram superiores aos regulatórios. E, por fim, as empresas atuantes no ramo de distribuição apresentaram patrimônios líquidos regulatórios superiores aos societários, e lucros líquidos societários superiores aos regulatórios em 2010 e 2011, e inferiores aos regulatórios em 2012 e 2013.

Palavras-chave: Contabilidade Regulatória, Comparabilidade, Ativos e Passivos Regulatórios.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Diferenças entre contabilidade regulatória e societária.....	18
QUADRO 2: Quantidade de empresas da amostra	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índices de Gray das empresas de Geração, Transmissão e Distribuição – Patrimônio Líquido.....	30
TABELA 2 – Índices de Gray das empresas de Geração, Transmissão e Distribuição – Lucro Líquido.....	31
TABELA 3 – Índices de Gray das empresas de Geração – Patrimônio Líquido	32
TABELA 4 – Índices de Gray das empresas de Geração – Lucro Líquido.....	32
TABELA 5 – Índices de Gray das empresas de Transmissão – Patrimônio Líquido	33
TABELA 6 – Índices de Gray das empresas de Transmissão – Lucro Líquido.....	33
TABELA 7 – Índices de Gray das empresas de Distribuição – Patrimônio Líquido.....	34
TABELA 8 – Índices de Gray das empresas de Distribuição – Lucro Líquido	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.3 OBJETIVO	13
1.4 JUSTIFICATIVA	14
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	17
2.1 CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	17
2.2 COMPARABILIDADE.....	19
2.3 TRABALHOS ANTERIORES	21
3. MÉTODO DE PESQUISA	25
3.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA	25
3.2 COLETA DE DADOS	25
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	25
3.4 TESTES ESTATÍSTICOS.....	26
4. ANÁLISE DOS DADOS	29
5. CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
APÊNDICE A - AMOSTRA DA PESQUISA.....	43
APÊNDICE B - OUTLIERS DA AMOSTRA	45
APÊNDICE C - RESULTADOS SHAPIRO-FRANCIA E SHAPIRO-WILK.....	46

1. INTRODUÇÃO

1.1.Contextualização

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 175, incumbe ao poder público a prestação dos serviços públicos, que podem ser feitos de forma direta ou sob o regime de concessão ou permissão. Na década de 1990, o endividamento do estado trouxe à tona a necessidade de corte de gastos públicos, e uma das soluções encontradas se deu com a privatização de empresas estatais. Essa desestatização, segundo Suzart *et al.* (2012), buscou a diminuição da participação estatal e a transferência da prestação de serviços públicos para a iniciativa privada.

Nesse cenário de privatizações, surgiu a necessidade da utilização de recursos privados no setor elétrico, já que o poder público não possuía até meados de 2000, capacidade de investimento suficiente para atender a demanda desse segmento de infraestrutura (CONSULTORIA TENDÊNCIAS, 2003). A criação Lei nº 8.987/95, chamada de Lei de Concessão dos Serviços Públicos, foi um marco no início das privatizações, pois ela regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal. Pouco tempo depois, a Lei nº 9.074/95 regulamentou a Lei das Concessões, legislando sobre o mercado de energia elétrica.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a agência reguladora do setor elétrico brasileiro, e foi criada em 1996 com a finalidade de normatizar e mediar os interesses entre os usuários do serviço, o poder público e os investidores. A Lei nº 9.427/96 instituiu a ANEEL como uma agência reguladora independente, com a finalidade “regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal” (BRASIL, 1996, p.1). A ANEEL é ainda responsável por emitir os requisitos contábeis para as empresas do setor.

A Resolução Normativa nº 396, aprovada pela ANEEL em 23 de novembro de 2010, instituiu a contabilidade regulatória para o setor elétrico, estabelecendo práticas e orientações a serem seguidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). O objetivo da contabilidade regulatória, de acordo com os interesses do órgão regulador, é o de divulgar aos usuários um “conjunto de informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias e

permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica em consonância com o arcabouço legal regulatório tarifário” (ANEEL, 2010, p. 1).

A contabilidade do setor elétrico vem passando por grandes mudanças normativas e regulatórias, sendo essas mudanças causadas principalmente pela criação da Lei nº 11.638/07 e da Resolução Normativa nº 396/10 (CARVALHO *et al.*, 2012).

A Lei nº 11.638/07 alterou os dispositivos da Lei nº 6.404/76, estabelecendo que as normas contábeis brasileiras adotassem o padrão internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), conhecidos como *International Financial Report Standard* (IFRS). Essa norma foi o marco legal no processo intitulado como Convergência das Normas Internacionais no Brasil. A condução desse processo está a cargo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, criado em 2005, com o objetivo de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade, visando à centralização e uniformização das normas, tendo como embasamento os padrões internacionais (CFC, 2005).

As normas contábeis a serem aplicadas na contabilidade regulatória do setor elétrico devem ter prévia aprovação pela diretoria da ANEEL para que façam parte do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Essa contabilidade para fins de regulação é constituída por normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mas algumas dessas normas não atendem aos interesses do órgão regulador e não são aprovadas para o uso das empresas de energia elétrica, como é o caso do ICPC 01 - Contratos de Concessão (correspondente à IFRIC 12 – *Service Concessions Arrangement*). O fato de a ANEEL não aprovar algumas dessas normas faz com que haja diferenças na conciliação de alguns grupos de contas entre esses dois sistemas contábeis.

A criação da contabilidade regulatória, pela ANEEL, resultou na existência de dois sistemas de contabilidade obrigatórios ao setor: o sistema de contabilidade regulatória, que tem suas práticas e orientações contábeis regidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE); e o sistema de contabilidade societária, baseada em normas internacionais de contabilidade, que serve para as companhias de capital aberto sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Por fornecer um bem público, o setor elétrico tem uma tarifa regulada pela ANEEL, tendo essa o objetivo de manter um equilíbrio entre os interesses dos investidores e dos consumidores. A revisão tarifária, feita a cada ano, se baseia em

métricas contábeis regulatórias, que divergem das práticas contábeis societárias. O cálculo é composto por custos não gerenciáveis e custos gerenciáveis mais a depreciação e a remuneração de capital investido, que são respectivamente chamados de Parcela A e Parcela B. A contabilidade regulatória reflete nas bases que são utilizadas no cálculo da tarifa (TANCINI, 2013).

No entanto, diferente da contabilidade regulatória, a contabilidade societária tem como objetivo apresentar demonstrações financeiras e relatórios que possibilitem uma análise da geração de riqueza de uma entidade, de modo a atender os interesses dos acionistas. Os acionistas valem-se da estrutura patrimonial e os resultados divulgados pela companhia para começar o investimento e para mantê-lo (OLIVEIRA; MACEDO, 2005).

Assim, as empresas do setor de energia elétrica apresentam dois conjuntos de demonstrações contábeis, que baseadas em fatos econômicos idênticos, deveriam apresentar iguais resultados e patrimônios. Nesse sentido, a existência de diferenças significativas entre os números contábeis regulatórios e contábeis societários podem indicar que as decisões tomadas sobre tais números não são comparáveis e, portanto, apresentam confiabilidade discutível, ensejando a necessidade de investigação desse fenômeno.

Um conjunto de pesquisas tem se proposto a investigar as diferenças entre a contabilidade regulatória e a societária sob diferentes ângulos (BRUGNI *et al.* 2011; CARVALHO *et al.* 2012; TANCINI, 2013; HOPPE, 2012; SUZART *et al.* 2012). No entanto observa-se uma escassez de pesquisas que buscam mensurar as diferenças entre os dois conjuntos de relatórios contábeis (MEDEIROS *et al.*, 2013), reforçando assim a necessidade de pesquisas direcionadas a esse fim.

1.2. Problema de pesquisa

Diante da contextualização apresentada, o problema de pesquisa do presente estudo é: **Qual é a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro líquido, regulatório e societário, das concessionárias de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico brasileiro?**

1.3. Objetivo

O objetivo da pesquisa é investigar qual é a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro líquido nas demonstrações regulatórias e societárias das concessionárias de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico brasileiro.

1.4. Justificativa

A relevância do presente trabalho se mostra primeiramente pela importância do setor elétrico na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento econômico de um país, na medida em que ele “fornece apoio mecânico, térmico e elétrico às ações humanas.” (ANEEL, 2008, p. 21). Segundo a ANEEL (2008), o Brasil, que é um país com dimensões continentais, contém cerca de 61 (sessenta e um) milhões de consumidores de energia elétrica, o que torna um desafio levar este segmento de infraestrutura à população. Tancini (2013) aborda que, devido a essa importância do setor elétrico para a sociedade, as empresas desse ramo devem apresentar aos seus usuários demonstrações financeiras que reflitam de maneira verdadeira e justa a sua posição financeira e econômica.

Com a aprovação da Resolução Normativa nº 396/2010, que instituiu a contabilidade regulatória, as concessionárias e permissionárias do setor elétrico ficaram obrigadas a apresentar as suas demonstrações financeiras em sistemas contábeis diferentes, que são o contábil regulatório e o contábil societário. A realidade econômica da empresa é a mesma, mas as particularidades entre esses sistemas resultam em diferenças na conciliação de grupos de contas. Essa obrigação acaba por fazer com que as distribuidoras e transmissoras passem a apresentar dois resultados e patrimônios distintos, o que pode dificultar o entendimento e o processo decisório, ou até mesmo causar desconfiança por parte dos usuários.

O IASB tem como objetivo desenvolver normas que sejam comparáveis, exequíveis, de alta qualidade e aceitas globalmente, com base em princípios articulados. As IFRS, que são as normas emitidas pelo IASB, estabelecem os requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos eventos e transações importantes a serem apresentadas nas demonstrações financeiras para fins gerais. Com a criação de normas de alta qualidade, o padrão internacional objetiva retratar com mais fidedignidade a realidade econômica das entidades para os investidores. (IBRACON, 2013)

Assim, a importância da realização dos cálculos da comparabilidade e das diferenças entre esses dois sistemas contábeis se dá no fato de que, se as IFRS vieram,

como citado anteriormente, para retratar melhor a realidade econômica de uma entidade, então, o ideal seria que o cálculo da tarifa de energia, que tem papel importante por manter um equilíbrio entre os interesses dos investidores e dos consumidores, refletisse também essa realidade econômica.

É também importante mencionar que o IASB tem se preocupado com empresas que têm suas atividades reguladas pelo governo e que são regidas por dois conjuntos de normas contábeis distintas, que é o caso das empresas do setor de energia elétrica no Brasil. Devido a essa preocupação, no dia 17 de setembro de 2014, o IASB publicou um *Discussion Paper* com a finalidade de identificar quais informações sobre os efeitos financeiros da regulação da taxa são mais relevantes para os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões sobre investimento e concessão de empréstimos. Alguns países têm jurisdições que fornecem orientações específicas sobre este assunto, mas não há nenhuma orientação equivalente em IFRS. Dependendo do resultado, o IFRS deverá ser alterado para reconhecer os efeitos financeiros da regulação da taxa (IFRS FOUNDATION, 2014).

Algumas pesquisas tem se proposto a tratar do assunto, mas pesquisas com o enfoque na comparabilidade são pouco exploradas na área, reforçando assim a necessidade de trabalhos direcionados a esse fim.

1.5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho pretende investigar a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro líquido nas demonstrações regulatórias e societárias empresas do setor elétrico brasileiro. Para isso, é necessário um entendimento do cenário atual do tema proposto, além de outros requisitos metodológicos e teóricos que foram abordados para alcançar o objetivo geral da pesquisa. Assim, trabalho estará estruturado em cinco capítulos, sendo:

O primeiro capítulo, contendo a contextualização da pesquisa, além do problema a ser investigado, do objetivo geral da pesquisa e da justificativa da importância da realização desta.

O segundo capítulo, composto pelo referencial teórico, que é abordado em três tópicos, sendo o primeiro sobre a Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, o segundo sobre Comparabilidade e o terceiro trazendo vários trabalhos anteriores que foram de extrema importância para a realização dessa pesquisa.

O terceiro capítulo, a Metodologia, apresentando a definição da pesquisa, população a amostra e os procedimentos metodológicos a serem utilizados.

No quarto capítulo, há a análise dos dados, em que, após a aplicação dos métodos da pesquisa, tem se os resultados encontrados e a análise do que esses números significam.

No quinto capítulo, as conclusões e considerações finais feitas a respeito dos resultados encontrados, além das recomendações para estudos posteriores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro

Antes da aprovação da norma IFRIC 12 e da interpretação emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, o ICPC 01, que trata dos contratos de concessão no Brasil, o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico não divergia das normas aplicadas pela contabilidade societária. Entende-se por concessão o contrato feito entre o poder público, o concedente, e as entidades privadas, as concessionárias, para que essas prestem os serviços demandados pela sociedade utilizando a infraestrutura privada (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Com a adoção do ICPC 01, as empresas do setor elétrico brasileiro passaram a divulgar informações que não atendiam os fins regulatórios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (MEDEIROS *et al.*, 2013). Diante disso, em 23 de fevereiro de 2010, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa n ° 396/10, que instituiu a contabilidade regulatória para as empresas do setor elétrico brasileiro e aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Essa resolução traz em seu texto os motivos que levaram a instituição da contabilidade regulatória no setor elétrico, que são a necessidade de divulgar a sociedade um conjunto de informações que representem melhor a situação econômico-financeira das companhias e a necessidade de manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos e passivos regulatórios (ANEEL, 2010). Os ativos e passivos regulatórios são definidos como:

Estas duas rubricas objetivam registrar a variação, positiva (ativo) ou negativa (passivo) dos custos não gerenciáveis (conhecida como Parcela A da estrutura tarifária) com relação ao último reajuste tarifário anual até que se proceda o mecanismo de reajuste tarifário e assim as empresas possam baixar suas contas, confrontando com os aumentos ou diminuições ajustadas pelas tarifas. (BRUGNI *et al.*, 2011, p. 10)

As normas internacionais de contabilidade impossibilitam a contabilização de tais ativos e passivos regulatórios. Deixar de registrar essas rubricas resulta em divergências relevantes entre os resultados societários e regulatórios das companhias do setor elétrico, que tem como consequências a dificuldade em analisar a companhia, a necessidade de informações adicionais às divulgadas no balanço, a assimetria de informações entre os acionistas com maior capacidade de análise das demonstrações contábeis em relação a investidores com menor nível e a necessidade de renegociação de cláusulas restritivas em contratos de empréstimos e financiamentos (MAGALHÃES, 2014).

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) tem o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis adotados pelas concessionárias e permissionárias do setor elétrico brasileiro, adotando apenas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que são previamente aprovadas pela ANEEL (ANEEL, 2013a).

A Contabilidade Regulatória instituiu as Demonstrações Contábeis Regulatórias de adoção obrigatória às concessionárias e permissionárias, tendo de serem entregues assinadas pela diretoria e pelo contador responsável, acompanhadas do relatório de auditoria feito pela mesma empresa que auditar as informações contábeis societárias. Essas demonstrações seguem as práticas e orientações estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e fazem parte da Prestação de Contas Anual – PAC entregue para a agência reguladora. (ANEEL, 2010).

Com a instituição da contabilidade regulatória, as companhias do setor elétrico ficaram obrigadas a apresentar as demonstrações contábeis regulatórias e societárias, e estas apresentam diferenças quanto aos critérios de contabilização de algumas transações. Brugni *et al.* (2011) destacaram as principais divergências entre a contabilidade regulatória e a societária, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que são demonstradas pelo Quadro 1:

Quadro 1: Diferenças entre contabilidade regulatória e societária

Características	Contabilidade Regulatória	Contabilidade Societária
Conta de ativo imobilizado em curso (utilizada para registrar gastos em curso com construção, ampliação e/ou melhoria)	Mantido pelo MCSE para fins de regulação.	Para fins societários foi criada uma conta retificadora com o objetivo de transferir os saldos para a conta “custos de construção” conforme IFRIC 12 e para conta de ativo financeiro e intangível.
Conta de ativo imobilizado em serviço (utilizada para registrar gastos findos com construção, ampliação e/ou melhoria)	Mantido pelo MCSE para fins de regulação.	Para fins societários esta conta foi extinta com a transferência de seus saldos para as contas de ativo financeiro e intangível.
Conta de Receita de construção	Não existe no Manual do setor Elétrico nem irá figurar nos demonstrativos elaborados com base nele.	Criada apenas para fins societários, registrando os valores justos das construções.
Conta de Receita financeira	Não existe no Manual do setor Elétrico nem irá figurar nos demonstrativos elaborados com base neste.	Criada na contabilidade societária para a atualização do ativo financeiro indenizável, ou seja, o valor residual do ativo financeiro que representa o valor da indenização a receber do concedente.

Conta de Outros créditos	Não existe no Manual do setor Elétrico nem figura nos demonstrativos.	Conta do ativo que serve como contrapartida do fluxo de caixa recebido pela indenização do saldo residual do ativo financeiro.
---------------------------------	---	--

Fonte: Adaptado de Brugni *et al.* 2011.

O Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias (2013) dispõe pontos importantes e premissas específicas acerca dos ativos e passivos regulatórios, das obrigações vinculadas ao serviço público, do ativo imobilizado e dos custos e despesas operacionais regulatórias. Segundo este manual:

- a) Ativos e passivos regulatórios: Estes devem ser registrados apenas nas demonstrações contábeis regulatórias, já que, devido a convergência as normas internacionais, não há norma que regulamente essas rubricas nas demonstrações contábeis societárias.
- b) Obrigações Vinculadas ao Serviço Público: As quotas de reintegração acumuladas dessas obrigações especiais devem ter como contrapartida a despesa de depreciação, para que o efeito no resultado seja anulado, uma vez que esse valor não é mais considerado na tarifa. Essa ação foi feita a partir do 2º ciclo de revisão tarifária.
- c) Ativo Imobilizado: Com a adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão, o ativo imobilizado das empresas de distribuição e transmissão foi bifurcado em ativo financeiro e ativo intangível nas demonstrações contábeis societárias. As demonstrações contábeis regulatórias os mantêm como ativo imobilizado.
- d) Custos e Despesas Operacionais Regulatórios:

“Para definição dos custos e despesas operacionais regulatórios, na metodologia de revisão tarifária do 3º ciclo foram considerados nas simulações os dados contábeis obtidos do Balancete Mensal Padronizado e Relatório de Informações Trimestrais. Dentre os dados estão os gastos com pessoal, administradores, material, serviços de terceiros, arrendamentos e aluguéis, seguros, tributos e outros”. (ANEEL, 2013b, p.4)

2.2. Comparabilidade

Uma das características qualitativas que tornam as informações financeiras úteis é a comparabilidade. É com base na comparabilidade, e em outras características, como a tempestividade, a compreensibilidade e a verificabilidade, que os usuários tomam suas decisões quando da necessidade de escolherem uma alternativa. (IBRACON, 2013). Segundo Matarazzo (2003), o processo de tomada de decisão é composto por quatro etapas, sendo a primeira a escolha dos indicadores, a segunda a comparação através

estatística com concorrentes, a terceira as conclusões das outras etapas e a quarta são as decisões tomadas a partir das conclusões.

A comparabilidade é definida como uma característica qualitativa que torna possível ao usuário da informação contábil identificar tanto as similaridades quanto as diferenças entre itens. A comparabilidade não é referente a apenas um item, no mínimo é necessário dois itens para que possa ser feita a comparação (IBRACON, 2013).

Trabalhos que trataram da harmonização de políticas contábeis foram os primeiros a avaliar os vários aspectos da comparabilidade nas demonstrações financeiras. A necessidade de medir a comparabilidade dos números contábeis é antiga, e o processo de convergência as normas contábeis internacionais reacendeu estudos voltados para essa questão (RIBEIRO, 2014).

Vários são os índices que se propõe a mensurar a comparabilidade entre números contábeis distintos (GRAY, 1980; VAN DER TAS, 1988; KVAAL E NOBES, 2010; DEFOND, 2011; DEFRANCO, 2011; TAPLIN, 2011). Segundo Fabiano (2012, p. 48), os índices de comparabilidade para números contábeis são usados para “quantificar o grau de similaridade na adoção de regras contábeis por um grupo de empresas”, e equivalem a “técnicas estatísticas de probabilidade utilizadas na mensuração de relações entre variáveis”.

A globalização do mercado de capitais levou várias empresas a apresentarem suas demonstrações de acordo com regras não só de sua localidade, mas também de outros países. Esse fato ensejou a necessidade de um estudo sobre as diferenças entre sistemas contábeis. Então, em 1980, Gray propôs um método para estudar o impacto dessas diferenças nos resultados das empresas, e assim, surgiu o Índice de Conservadorismo de Gray, posteriormente adaptado para Índice de Comparabilidade de Gray (WEETMAN *et al.*, 1998).

O presente trabalho faz o uso do Índice de Comparabilidade de Gray (1980), devido ao fato de ele ser o mais adequado para trabalhos que objetivam comparar demonstrações financeiras produzidas por normas contábeis diferentes utilizadas por uma mesma companhia. Esse índice consegue medir a significância e a materialidade, quando compara valores contábeis produzidos por regimes contábeis diferentes. Ele ainda tem a vantagem de poder analisar a tendência de aproximação ou distanciamento entre valores produzidos por normas diferentes ao longo do tempo. Há limitações quanto ao Índice de Comparabilidade de Gray, como a impossibilidade de apurar se as

diferenças obtidas nos cálculos são ou não relevantes para a empresa, além de ele poder produzir números muito distantes de 1 quando o denominador for próximo de 0 (LEMES; CARVALHO, 2009).

2.3. Trabalhos Anteriores

Foram analisadas várias pesquisas no que tange o estudo da contabilidade regulatória versus contabilidade societária, e também trabalhos sobre comparabilidade entre sistemas contábeis diferentes utilizando o índice de comparabilidade de Gray. Na linha de estudos da contabilidade regulatória e societária, Hoppe (2012) analisou as diferenças de práticas contábeis entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias. Para isso, foi feita uma revisão conceitual de livros de autores renomados, de normas de contabilidade adotadas no Brasil, do arcabouço regulatório do setor elétrico e também as características econômico-financeiras das principais causas das diferenças entre esses dois sistemas contábeis. Ele concluiu que apesar das práticas contábeis societárias e regulatórias estarem formalizadas e com aplicação obrigatória nos balanços, há divergências de aplicação ou falta de aplicação de práticas contábeis requeridas na contabilidade regulatória. Com isso, ele afirmou que a divulgação da conciliação entre os valores regulatórios e societários é muito útil para os usuários da informação contábil.

Em sua dissertação, Tancini (2013) analisou se a regulamentação tarifária fornecia suporte para o reconhecimento contábil dos itens regulatórios e da compensação da variação dos custos da parcela A (CVA). A amostra da pesquisa foi de 33 distribuidoras de energia, tendo uma duração de quatro anos, de 2008 a 2011. O método consistiu na eliminação de todos os itens regulatórios e os impostos diferidos nos anos de 2008 e 2009 nas demonstrações societárias, e de 2011 nas regulatórias; e em 2010 e 2011, o efeito da contabilização desses itens foi reconstituído nas demonstrações societárias. Depois disso, foi calculada uma variação dos resultados dos itens societários e ajustados para cada ano. A conclusão foi que somente devem ser contabilizados os itens regulatórios cuja recuperação ou devolução for garantida, e a CVA não deve ser reconhecida nas demonstrações societárias.

Ainda sobre a tarifa, Brugnì *et al.* (2012) investigaram se as características da IFRIC 12 e ICPC 01 influenciavam de forma significativa a formação da tarifa de energia no Brasil. Para isso, foi feito um estudo comparativo entre o ICPC 01 e o

Manual de Contabilidade do setor Elétrico (MCSE) vigente em 2010. Posteriormente foi feita uma comparação entre as mudanças trazidas pela norma e os novos procedimentos de regulação tarifária. Ele concluiu que o modelo das tarifas pode sofrer alteração em função das normas e que a principal característica da criação da contabilidade regulatória foi a impossibilidade de contabilização de ativos e passivos regulatórios.

Na busca por identificar os efeitos das divergências entre contabilidade regulatória e normas internacionais de contabilidade nas demonstrações contábeis das empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil, Carvalho *et al.* (2012) coletaram os valores societários e regulatórios do ativo total, patrimônio líquido, receita operacional líquida, lucro operacional e lucro líquido de 41 distribuidoras no período de 2009 a 2011, e criaram, a partir desses valores, indicadores para gerar a representação gráfica e para analisar as relações entre elas. Os resultados mostram que as divergências entre as contabilidades regulatória e societária podem acarretar assimetria da informação contábil, contribuindo para divergentes avaliações de investimentos por parte dos usuários.

Já Suzart *et al.* (2012) pesquisaram se havia diferenças significativas e qual a intensidade dessas entre os números contábeis societários e os números contábeis regulatórios das concessionárias brasileiras do setor elétrico em relação aos seus retornos. A amostra foi composta por 62 empresas, que publicaram balanços regulatórios relativos a 2009 e 2010. Também foram analisados os retornos de 20 dessas, no período de 2000 a 2010. No método, eles calcularam os ROE e as ROA e aplicaram testes de média e regressão linear nesses indicadores. Os resultados indicaram que o lucro regulatório foi inferior ao societário, o patrimônio líquido e o ativo total, societário e regulatório, foram estatisticamente iguais e que as normas societárias alteraram os retornos com maior intensidade.

Na gama de estudos sobre comparabilidade com a utilização do índice de Gray (1980), Lemes, Carvalho e Oliveira-Lopes (2009) analisaram as diferenças existentes entre o lucro divulgado segundo os BR GAAP e os US GAAP, utilizando o Índice de Gray no período de 2000 a 2005. Santos, Cia e Cia (2011) utilizaram esse índice para verificar se as diferenças entre as normas contábeis brasileiras e norte-americanas geravam impacto no resultado duplamente reportado no formulário 20F. A amostra foi de 30 emissoras brasileiras de ADRs na NYSE. Foram feitos também os testes de diferença de média *t* de student e Wilcoxon. Eles obtiveram como resultado que a

contabilidade brasileira gerava lucros menores do que os resultados apurados segundo as normas americanas.

Já Santos e Calixto (2010) analisaram os efeitos da primeira fase do período de convergência ao IFRS de 34 companhias listadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). O índice de Gray foi utilizado para comparação entre números do lucro líquido e patrimônio líquido nesses dois períodos. Os resultados da nova norma foram em média superiores à antiga norma.

Estudos anteriores utilizaram o índice de Gray para a comparabilidade entre valores de sistemas contábeis diferentes (LEMES, CARVALHO e OLIVEIRA-LOPES, 2009; SANTOS e CALIXTO, 2010; SANTOS, CIA e CIA, 2011). Nessa análise de pesquisas anteriores, foi encontrado apenas um trabalho que tratava da comparabilidade entre valores societários e regulatórios do setor elétrico com a utilização do índice de Gray (1980), que é o trabalho mais próximo e teve grande influência no presente projeto. Medeiros *et al.* (2013) investigaram o nível de comparabilidade entre os valores do ativo, passivo, patrimônio líquido e lucro líquido mensurados pela contabilidade societária e pela contabilidade regulatória no setor elétrico brasileiro. Foram coletados demonstrativos contábeis regulatórios e societários referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011 de 22 companhias de distribuição associadas à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), e calculado o índice de Gray desses valores. Os resultados apontaram que a maioria dos casos apresentaram ativos, passivos e patrimônios líquidos regulatórios superiores aos societários, e lucros líquidos regulatórios inferiores aos societários.

São várias as diferenças desse projeto quando em comparação com o trabalho de Medeiros *et al.* (2013). Este trabalho tem como população as concessionárias do setor elétrico listadas na ANEEL, que prestam serviços de geração, transmissão e distribuição, enquanto o outro analisa somente empresas distribuidoras associadas à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Assim, a amostra dessa pesquisa é de 79 empresas, sendo superior a amostra da pesquisa de Medeiros *et al.* (2013), o que permite uma visão mais ampla das diferenças entre as demonstrações financeiras regulatórias e societárias das empresas do setor elétrico. Além disso, o período da análise desse trabalho é superior ao de Medeiros *et al.* (2013), sendo o dele composto por três anos, incluindo 2009, 2010 e 2011, e a presente pesquisa composta por quatro anos, 2010, 2011, 2012 e 2013. Um número maior de anos na pesquisa facilita verificar o comportamento de distanciamento ou aproximação dessas

demonstrações ao longo dos anos. O trabalho de Medeiros *et al.* (2013) analisa os valores contábeis dos ativos, passivos, patrimônios líquidos e lucros líquidos, regulatórios e societários, enquanto este trabalho analisa apenas os patrimônios líquidos e lucros líquidos regulatórios e societários.

3. MÉTODO DE PESQUISA

3.1. Definição da Pesquisa

A pesquisa tem tipologia descritiva, pois ela pretende descrever características de uma determinada população ou fenômeno, e emprega uma técnica padronizada de coleta de dados (GIL, 2002). Assim, a presente pesquisa busca mensurar a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro nas demonstrações contábeis regulatórias e contábeis societárias das concessionárias de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico brasileiro.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa se caracteriza como documental, pela utilização de documentos como fonte de dados, e devido ao fato que são coletados dados de “segunda mão, que de alguma forma já foram analisados”, que é o caso das demonstrações financeiras societárias e regulatórias. (GIL, 2002, p. 46)

A abordagem do problema é quantitativa, devido ao “emprego de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados” (RAUPP e BEUREN, 2006, p. 92). A comparabilidade do patrimônio líquido e o lucro líquido, regulatório e societário, proposta no trabalho, permite a análise quantitativa dos dados.

3.2. Coleta de Dados

Para a execução dessa pesquisa, foram coletados os demonstrativos financeiros regulatórios e societários das empresas concessionárias de energia do setor elétrico brasileiro, nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fazendo uma comparação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido societário e regulatório.

Os dados regulatórios e societários foram coletados no site da ANEEL. Como algumas empresas só divulgaram dados regulatórios neste site, os dados societários que faltaram foram coletados nos sites das próprias companhias.

3.3. População e amostra

A população da pesquisa é composta por todas as concessionárias de energia elétrica listadas na Central de Informações Econômico-Financeiras do site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (<http://www.aneel.gov.br>), que somam num total de 305 companhias, sendo 63 distribuidoras, 85 geradoras e 157 transmissoras. O

período de análise foi de 4 anos, incluindo os anos de 2010 a 2013, tendo em vista que as empresas passaram a publicar os balanços regulatórios a partir do exercício de 2010. O ano de 2014 não foi utilizado por que nenhuma companhia divulgou as demonstrações regulatórias referentes a esse período até o momento da realização desse trabalho.

Tendo em vista que este trabalho busca investigar a magnitude da comparabilidade dos números regulatórios e societários, e, caso existam diferenças entre esses números, se essas aumentaram ou diminuíram ao longo do tempo, a amostra é composta pelas companhias que divulgaram demonstrativos regulatórios e societários referentes aos 4 anos de análise, que totalizaram 79 companhias, sendo 32 de distribuição, 22 de geração, 22 de transmissão e 3 de geração e transmissão. Essas últimas empresas, de geração e transmissão, foram separadas das outras amostras por apresentarem suas atividades enquadradas nesses dois segmentos conjuntamente. Foram analisados 1.264 demonstrativos no período, sendo 2 demonstrativos societários e 2 demonstrativos regulatórios por ano para cada tipo de empresa, num período de 4 anos. O rol dessa amostra se encontra no Apêndice A - Amostra da pesquisa.

É nítida a grande diminuição da amostra em relação à população. O critério utilizado para a obtenção da amostra se baseou nas empresas que apresentaram suas demonstrações regulatórias e societárias desde a obrigação normativa da apresentação das demonstrações regulatórias, que foi no ano de 2010, até o último ano em que elas foram apresentadas, que foi 2013. Das 305 companhias concessionárias do setor elétrico de geração, transmissão e distribuição listadas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), apenas 79 empresas estão cumprindo a obrigação normativa de divulgarem suas demonstrações, ou seja, do total de empresas, apenas 25% estão regularizadas.

3.4. Testes Estatísticos

Para medir a magnitude da comparabilidade entre o lucro líquido societário e regulatório, e o patrimônio líquido societário e regulatório, foram feitos cálculos de comparabilidade, utilizando a versão adaptada do Índice de Conservadorismo de Gray (1980). Weetman *et al.* (1998) adaptaram esse índice renomeando para “Índice de Comparabilidade” (IC), a fim de melhor refletir o objetivo do índice. O índice de comparabilidade afere a materialidade e a significância de números contábeis produzidos por normas distintas (GRAY, 1980). O cálculo do índice de

comparabilidade para o lucro líquido (1), de modo adaptado, foi feito da seguinte maneira:

$$IC = 1 - \frac{(LL \text{ regulatório} - LL \text{ societário})}{LL \text{ regulatório}} \quad (1)$$

E o índice de comparabilidade para o patrimônio líquido (2), desse modo:

$$IC = 1 - \frac{(PL \text{ regulatório} - PL \text{ societário})}{PL \text{ regulatório}} \quad (2)$$

Segundo Lemes, Carvalho e Oliveira-Lopes (2009, p. 38), o índice de comparabilidade identifica o “processo de normalização das distâncias entre dois valores”. Quando o índice for menor do que 1, os lucro líquido/patrimônio líquido regulatórios são maiores do que os societários; quando índice for igual a 1, os lucro líquido/patrimônio líquido societários e regulatórios são iguais; e quando o índice for maior do que 1, os lucro líquido/patrimônio líquido regulatórios são menores do que os societários.

As empresas foram, primeiramente, separadas de acordo com o tipo de atividade desenvolvida (geração, transmissão e distribuição). Os números societários e regulatórios foram agrupados de acordo com os anos a que cada pertence, e de acordo com sua classificação, sendo patrimônio líquido ou lucro líquido. Após esse agrupamento por tipo de atividade, foi feito um novo agrupamento, juntando todos os tipos de atividade, separando os números somente de acordo com o ano, se são regulatórios ou societários, e se são do patrimônio líquido ou do lucro líquido.

Após esses dois agrupamentos, os Índices de Comparabilidade de Gray foram calculados, buscando verificar a possibilidade de existência de alguma tendência de aproximação ou distanciamento entre os números societários e regulatórios. Depois do cálculo dos índices, os *outliers* foram retirados a fim de evitar que estes influenciassem os resultados. Os *outliers* considerados foram os Índices de Comparabilidade superiores a +4 e inferiores a -2, de acordo com método descrito por Zambom (1998), sendo esta métrica a mesma utilizada na pesquisa de comparabilidade com a utilização do Índice de Comparabilidade de Gray por Santos, Cia e Cia (2011). Eles estão dispostos no Apêndice B – *Outliers* da Amostra, contendo o nome da empresa, o ano, o tipo de empresa e os valores encontrados após os cálculos. Após a retirada dos *outliers*, foram feitas as médias, medianas e desvio padrão desses mesmos índices, de acordo com o tipo de agrupamento.

Como teste de robustez dos resultados, foram realizados testes de diferença de média entre os patrimônios líquidos contábeis regulatórios e societários, e lucros líquidos contábeis regulatórios e societários, buscando assim verificar se os resultados apresentados na amostra podem ser estimados também para a população, conforme assevera Fávero *et al.* (2009, p. 96), “a inferência estatística tem como objetivo propiciar ao pesquisador a elaboração de conclusões acerca de uma população a partir de uma amostra”.

Antes do teste não-paramétrico de diferença de média, foram feitos dois testes para avaliar a normalidade univariada, sendo estes o teste de normalidade de Shapiro-Francia e o teste de normalidade de Shapiro-Wilk. Esses dois testes servem para testar se a variável do estudo possui ou não uma distribuição normal (FÁVERO *et al.*, 2009) Tendo em vista o tamanho da amostra foi utilizado o teste não-paramétrico de diferença de média de Wilcoxon, que de acordo com Fávero *et al.* (2009) é uma alternativa ao teste *t* de student, objetivando comparar as médias populacionais consideradas a partir de amostras pareadas, e é utilizado quando a variável não apresentar distribuição normal, que normalmente é o caso das amostras com um pequeno número de observações.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa abrangeu todas as concessionárias de energia do setor elétrico brasileiro listadas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no período de 2010 a 2013. Essas empresas são divididas em diferentes tipos de atividades, que são a geração, a transmissão e a distribuição de energia. A maior concentração de empresas na amostra está no ramo de distribuição, contando com 32, de um total de 79 entidades.

Após o cálculo do Índice de Comparabilidade de Gray, foram retirados os *outliers*. Os *outliers* totalizaram em 23 índices, sendo 11 de transmissão, 5 de geração e 7 de distribuição. Desses 23 índices, 22 são calculados sobre os lucros líquidos das empresas, o que aponta que a maioria dos valores que destoam muito da média dos Índices de Comparabilidade estão nos resultados das empresas. Depois da retirada dos *outliers*, foram calculados a média, mediana e desvio padrão desses índices e, posteriormente, o teste de normalidade de Shapiro-Francia e o teste de normalidade de Shapiro-Wilk, e ainda o teste não-paramétrico de diferença de média de Wilcoxon.

Os testes de normalidade de Shapiro-Francia e o de Shapiro-Wilk rejeitaram a hipótese nula de que as variáveis possuem distribuição normal. Assim, foi utilizado o teste não-paramétrico de diferença de média de Wilcoxon para verificar se as diferenças entre as médias amostrais são significativas para análise da população das empresas do setor de energia. Os resultados dos testes Shapiro-Francia e Shapiro-Wilk estão no Apêndice C – Resultados Shapiro-Francia e Shapiro-Wilk.

A Tabela 1 apresenta o maior valor, a mediana, a média, o desvio padrão, o menor valor e o teste de Wilcoxon para os Índices de Comparabilidade de Gray obtidos mediante a união dos patrimônios líquidos societários e regulatórios de todas as empresas, sendo classificadas de acordo com o ano a que cada valor pertence. A média do Índice de Comparabilidade de Gray do patrimônio líquido das empresas do setor elétrico da amostra tem uma tendência de distanciamento entre os valores, sendo que, ao passar dos anos, os valores societários tendem a serem maiores do que os regulatórios, apesar de uma diminuição deste distanciamento no ano de 2012. As medianas são superiores a 1 nos anos de 2010, 2011 e 2013, e inferiores a 1 em 2012. Suzart *et al.* (2012) e Tancini (2013) encontraram em seus resultados que os patrimônios líquidos das empresas de energia são estatisticamente iguais, quando comparados os valores regulatórios e societários. Todos os testes de diferença de média de Wilcoxon relativos ao patrimônio líquido não foram significativos também para essa amostra, indicando

que apesar de terem sido encontradas diferenças entre os patrimônios líquidos dos anos da amostra na média, na população a diferença não foi significativa. Esse grupo de contas sofre os efeitos da conciliação entre as contabilidades regulatória e societária, através dos ativos e passivos regulatórios, mas que as diferenças não são significativas.

Tabela 1 – Índices de Gray das empresas de Geração, Transmissão e Distribuição – Patrimônio Líquido

	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,21277	3,35413	2,88906	3,61293
Mediana	1,00000	1,00468	0,99602	1,04672
Média	1,08250	1,09589	1,01945	1,14790
Desvio Padrão	0,29182	0,48711	0,61270	0,57839
Menor Valor	0,31039	-0,51413	-1,97597	-1,94365
P > z - Ho	0.3787	0.9124	0.6164	0.9523
PLSoc=PLReg				

Fonte: Autoria Própria

Similar a Tabela 1, na Tabela 2, os valores do lucro líquido foram reunidos de acordo com os anos. Em todos os anos, as médias dos Índices de Comparabilidade são superiores a 1, ou seja, os lucros líquidos societários são maiores de que os regulatórios em todos os anos de análise. Em 2011, os lucros líquidos societários se mostraram cerca de 21,58% maiores do que os valores regulatórios. Apesar dessa diferença significativa no ano de 2011, os anos de 2012 e 2013, mostraram uma aproximação de 1, chegando essa média a 2,16% em 2013. A média dos índices aponta, nos últimos anos, que houve uma aproximação no montante dos lucros líquidos regulatórios e societários para as empresas do setor elétrico no geral. Todos os anos apresentam a mediana com um valor superior a 1. Nos anos de 2010, 2011 e 2013, a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, há uma diferença significativa entre os valores regulatórios e societários nesses anos de análise. Apenas o ano de 2012 não se mostrou significativo, obtendo um *p-value* = 0.1467. É importante observar que o desvio padrão dobrou em 2013, com relação aos números encontrados em 2010.

Esses resultados para os lucros líquidos e também no geral, revelando que os valores societários são maiores de que os regulatórios, também foram alcançados nos trabalhos de Suzart *et al.* (2012) e de Tancini (2013). Essas diferenças são justificadas pela contabilização dos itens regulatórios, e também pela reavaliação do ativo elétrico pelo Valor Novo de Reposição e sua despesa de depreciação. Para o exercício de 2010, as concessionárias não consideravam o valor novo de reposição na mensuração da infraestrutura, justificando assim o aumento da diferença entre lucro líquido regulatório e societário no ano de 2011.

Tabela 2 – Índices de Gay das empresas de Geração, Transmissão e Distribuição – Lucro Líquido

	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,47102	2,76625	3,76015	3,39259
Mediana	1,01154	1,13818	1,07179	1,14799
Média	1,09980	1,21583	1,03085	1,02159
Desvio Padrão	0,45879	0,48058	0,87300	0,89198
Menor Valor	-1,26476	-1,00558	-1,20051	-1,94365
P > z 	0.0033	0.0000	0.1467	0.0078
H₀ LLSoc= LLReg				

Fonte: Autoria Própria

Para melhor compreensão desse resultado, foram realizadas análises considerando cada ramo de atividade em particular. Assim, foram realizados testes de diferenças de médias anual dos patrimônios líquidos e lucros líquidos, separadamente para as empresas de energia dos ramos de geração, transmissão e distribuição e calculados os Índices de Gay de cada uma das atividades. O Quadro 2 evidencia o número de entidades analisadas por cada tipo de atividade.

Quadro 2: QUANTIDADE DE EMPRESAS DA AMOSTRA

EMPRESAS DA AMOSTRA POR TIPO DE ATIVIDADE	
Geração	22
Transmissão	22
Distribuição	32
*Geração e Transmissão	3
TOTAL	79

Fonte: Autoria Própria

* Faz parte da amostra, mas não apresentou um número de observações necessárias para que fosse analisado separadamente.

Partindo do geral para o específico, na Tabela 3 estão demonstrados o maior valor, a mediana, a média, o desvio padrão, o menor valor e o teste de Wilcoxon para os Índices de Comparabilidade de Gray do patrimônio líquido das empresas de geração de energia do setor elétrico brasileiro. Nos anos de 2010 e 2012, os índices de comparabilidade se mostraram inferiores a 1, então infere-se que os patrimônios líquidos regulatórios foram maiores do que os societários em média durante esses períodos. Já nos anos de 2011 e 2013, os índices de comparabilidade obtiveram um resultado maior do que 1, o que mostra que nesses anos os patrimônios líquidos societários se mostraram maiores de que os regulatórios. Observa-se na tabela uma variação da média, não tendo a amostra uma tendência de crescimento ou decréscimo da média dos índices, mas sim uma alternância: um ano o regulatório é maior, no outro o societário é maior. As medianas de todos os anos foram abaixo de 1. Seguindo a linha de resultados dos testes de diferença de média feitos para os patrimônios líquidos no

geral, os testes de Wilcoxon calculados para o patrimônio líquido das empresas de geração também não se mostraram significativos. Assim, não podemos afirmar que as médias entre os patrimônios líquidos societários e os regulatórios das empresas de geração são significativamente diferentes entre elas na população.

Tabela 3 – Índices de Gray das empresas de Geração – Patrimônio Líquido				
	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	1,02972	3,35413	1,18017	3,61293
Mediana	0,98389	0,99824	0,95319	0,99881
Média	0,95089	1,06838	0,76090	1,10444
Desvio Padrão	0,08617	0,56389	0,67942	0,61125
Menor Valor	0,70025	0,36857	-1,97597	0,49807
P > z 	0.1997	0.8076	0.4651	0.9308
H₀ PLSoc= PLReg				

Fonte: Autoria Própria

Os Índices de Comparabilidade dos lucros líquidos das empresas de geração se mostraram, em média, superiores a 1, como explicitado na Tabela 4. Esses números inferem que, em todos os anos, os valores societários foram maiores de que os regulatórios. A média apresentou uma tendência de crescimento com o passar dos anos analisados, revelando um distanciamento entre os valores regulatórios e societários. As medianas também foram superiores a 1, e quando se observa os maiores valores de cada ano, pode-se perceber que todos são maiores de que 2, o que indica grande diferença quando comparados os valores societários e regulatórios das empresas. Nos anos de 2010 e 2012, os testes de diferença de média não se mostraram significativos. Já os anos de 2011 e 2013 a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, há uma diferença significativa entre os lucros líquidos regulatórios e societários das empresas de geração. O ano de 2013, apesar do *p-value* ser superior a 0,05, apresentando um resultado *p-value* = 0,0559, a diferença entre os lucros foi significativa, o que pode ser verificado pelo Índice de Comparabilidade de Gray de 1,1545, ou seja, valor societário 15,46% superior ao regulatório.

Tabela 4 – Índices de Gray das empresas de Geração – Lucro Líquido				
	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,22579	2,76625	2,50094	2,10528
Mediana	1,00146	1,04637	1,02773	1,16131
Média	1,03021	1,22254	1,13508	1,15459
Desvio Padrão	0,34998	0,73133	0,63551	0,50057
Menor Valor	0,36290	-1,00558	-0,48228	-0,29971
P > z 	0.5159	0.0476	0.4093	0.0559
H₀ LLSoc= LLReg				

Fonte: Autoria Própria

A Tabela 5 segue o mesmo modelo das outras tabelas que trabalham com as partes específicas da amostra, e foca no patrimônio líquido das empresas de transmissão de energia. Os resultados para essa parte da amostra apontam que os valores societários de todos os anos são superiores aos regulatórios, tendo um Índice de Comparabilidade de Gray superior a 1. As médias dos 4 anos dos patrimônios líquidos das empresas de transmissão se mostram muito distantes de 1, sendo as maiores médias do Índice de Comparabilidade de Gray quando comparados com toda a análise dessa pesquisa. No ano de 2013, os patrimônios líquidos societários chegam a ser, em média, 49,09% superiores aos regulatórios. A média dos índices apresenta uma tendência de crescimento ao longo dos anos. A mediana também acompanha a média, se mostrando maiores de que 1. Todos os maiores valores são superiores a 2, e todos os menores, inferiores a 1. Em todos os anos de análise a hipótese nula foi rejeitada, ou seja, há uma diferença significativa entre os patrimônios líquidos regulatórios e societários das empresas que prestam serviços de transmissão no setor elétrico brasileiro.

Tabela 5 – Índices de Gray das empresas de Transmissão – Patrimônio Líquido				
	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,21277	2,14538	2,12699	3,20242
Mediana	1,28492	1,39411	1,25122	1,33957
Média	1,33690	1,37574	1,36796	1,49099
Desvio Padrão	0,34423	0,41090	0,37133	0,57626
Menor Valor	0,96672	0,68618	0,91702	0,57088
P > z 	0.0012	0.0007	0.0019	0.0027
H₀ PL_{Soc}= PL_{Reg}				

Fonte: Autoria Própria

A média dos Índices de Comparabilidade de Gray para os lucros líquidos das empresas de transmissão do setor elétrico, apresentados na tabela 6, se mostraram todos superiores a 1, com uma tendência de crescimento com o passar dos anos. As medianas também são superiores a 1, estando próximas das médias. Os testes do Wilcoxon apontaram que, como observado nos patrimônios líquidos das empresas de transmissão, em todos os anos de análise a hipótese nula foi rejeitada para os lucros líquidos.

Tabela 6 – Índices de Gray das empresas de Transmissão – Lucro Líquido				
	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,31509	2,20932	1,96434	3,07628
Mediana	1,16398	1,21692	1,22233	1,24541
Média	1,13606	1,29029	1,06258	1,14756
Desvio Padrão	0,66478	0,30986	0,72445	0,89393
Menor Valor	-1,26476	0,87510	-1,07120	-1,78018

P > z 	0.0024	0.0050	0.0298	0.0002
H₀ LLSoc= LLReg				

Fonte: Autoria Própria

As diferenças significativas nos números contábeis das empresas transmissoras podem ser explicadas pelo fato de a contabilidade regulatória não registrar as receitas e custos com construção, que são contabilizados apenas para fins societários de acordo com os Pronunciamentos técnicos CPC 27 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, como apontadas em algumas notas explicativas consultadas.

As tabelas 7 e 8 tratam dos patrimônios líquidos e dos lucros líquidos das empresas de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro. A tabela 7 traz os resultados obtidos mediante o cálculo do Índice de Comparabilidade de Gray do patrimônio líquido das empresas de distribuição. Em todos os anos de análise, a média do Índice de Comparabilidade se mostrou menor do que 1, indicando que os valores regulatórios são superiores aos societários. A média e mediana se mostraram muito próximas de 1. Quanto ao teste de Wilcoxon, apenas o ano de 2010 não se mostrou significativo. Os resultados encontrados para as empresas de distribuição utilizando essa amostra foram similares aos resultados encontrados por Medeiros *et al.* (2013) em sua pesquisa, que mostrou que os patrimônios líquidos das distribuidoras tiveram seus valores regulatórios maiores de que os societários com até 5% de diferença. Na análise da presente pesquisa, para as empresas de distribuição, os patrimônios líquidos regulatórios se mostraram até 8,25% superiores aos societários.

Essas diferenças nos patrimônios líquidos das distribuidoras de energia são causadas pelo não reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios pela contabilidade societária, pelas reavaliações de ativos imobilizados a Valor Novo de Reposição na contabilidade regulatória e pelos efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão na contabilidade societária.

Tabela 7– Índices de Gray das empresas de Distribuição – Patrimônio Líquido

	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	1,79557	1,98933	2,88906	1,95866
Mediana	1,00000	0,97892	0,91623	0,95317
Média	0,98991	0,91752	0,94934	0,94501
Desvio Padrão	0,23481	0,41413	0,62984	0,48521
Menor Valor	0,31039	-0,51413	-1,38989	-0,92293
P > z 	0.5669	0.0529	0.0132	0.0493
H₀ PLSoc= PLReg				

Fonte: Autoria Própria

Já a tabela 8 traz os resultados obtidos mediante o cálculo do Índice de Comparabilidade de Gray do lucro líquido das empresas de distribuição. Nos anos de 2010 e 2011, os Índices de Comparabilidade apontaram que os valores societários eram em média superiores aos regulatórios em 13,63% e 19,16%, respectivamente. Já os anos de 2012 e 2013, os Índices de Comparabilidade foram menores de que 1, indicando que os valores regulatórios era maiores de que os societários em 5,37% e 13,2%, respectivamente. A tendência é de distanciamento do índice de 1, se aproximando de 0. A mediana segue a mesma linha da média. No teste de média a hipótese nula foi rejeitada apenas para o ano de 2011, indicando um $p\text{-value} = 0.0000$.

Tabela 8 – Índices de Gray das empresas de Distribuição – Lucro Líquido				
	2010	2011	2012	2013
Maior Valor	2,47102	1,91921	3,76015	3,39259
Mediana	1,00000	1,15271	0,98400	0,93400
Média	1,13632	1,19162	0,94632	0,86804
Desvio Padrão	0,40286	0,34450	1,11058	1,12189
Menor Valor	0,61863	0,26006	-1,20051	-1,94365
P > z 	0.1229	0.0000	0.3933	0.6114
H₀ LLSoc= LLReg				

Fonte: Autoria Própria

Os resultados do trabalho de Medeiros *et al.* (2013) apontaram que, em média, para os lucros líquidos, os valores societários se mostraram superiores aos regulatórios, no ano de 2010 e 2011, tendência essa também encontrada nesses resultados. Mas, para essa amostra dessa pesquisa, há um diferencial: a partir do ano de 2012, os valores regulatórios passaram a se apresentar maiores de que os societários. Essa mudança pode ser explicada pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária feita em 2011, que, conforme Tancini (2013), com regras que forçam a eficiência do setor, acabam por afetar diretamente a contabilização dos itens regulatórios.

5. CONCLUSÃO

A Resolução Normativa nº 396/2010 instituiu a contabilidade regulatória para as concessionárias e permissionárias de energia do setor elétrico brasileiro, estando elas obrigadas a apresentar suas demonstrações financeiras em dois sistemas contábeis diferentes: um para a contabilidade regulatória e outro para a contabilidade societária. Com algumas diferenças de contabilização, essa obrigação fez com que as empresas passassem a apresentar duas demonstrações financeiras com valores distintos para uma realidade econômica única.

Com isso, o objetivo desse trabalho foi o de investigar qual é a magnitude da comparabilidade entre o patrimônio líquido e o lucro líquido nas demonstrações regulatórias e societárias das concessionárias de geração, transmissão e distribuição do setor elétrico brasileiro. Para a consecução do objetivo, foi utilizado o Índice de Comparabilidade de Gray (1980), além de alguns testes adicionais. Os resultados da presente pesquisa se mostraram similares, em sua maior parte, aos trabalhos de Suzart *et al.* (2012), Tancini (2013) e Medeiros *et al.* (2013).

Os valores societários e regulatórios, quando agrupados sem separação por tipo de atividade, apresentaram seus lucros líquidos e patrimônios líquidos societários superiores aos regulatórios. A média dos índices de comparabilidade dos patrimônios líquidos mostraram uma tendência de distanciamento de 1, ao longo do tempo, enquanto que, para os lucros líquidos, os índices mostraram uma tendência de aproximação de 1. Todos os testes de média para os patrimônios líquidos não se mostraram significativos. O teste de diferença de média apontou que na maioria dos anos há diferenças significativas entre os valores dos lucros líquidos, e essas diferenças são justificadas pela contabilização dos itens regulatórios, e também pela reavaliação do ativo elétrico pelo Valor Novo de Reposição e sua despesa de depreciação.

Nas empresas de geração, os patrimônios líquidos regulatórios, nos anos de 2010 e 2012, foram superiores aos societários; e nos anos de 2011 e 2013, os valores societários foram superiores aos regulatórios. Os resultados do teste de diferença de média não se mostraram significativos para os patrimônios líquidos dessas empresas. Já os lucros líquidos societários foram maiores de que os regulatórios em todos os anos de análise. A média desses índices apresentou uma tendência de crescimento, e os testes de diferença de média não se mostraram significativos em metade dos anos estudados.

Os resultados para as empresas do ramo de transmissão indicaram que os patrimônios líquidos e os lucros líquidos societários são superiores aos regulatórios, e o distanciamento entre os valores dos patrimônios líquidos tendem a crescer ao longo do tempo. A hipótese nula foi rejeitada em todos os anos de análise, tanto para os lucros líquidos, quanto para os patrimônios líquidos, então os testes de média se mostraram significativos para a população da área de transmissão de energia. As diferenças significativas nos números contábeis das empresas transmissoras podem ser explicadas pelo fato de a contabilidade regulatória não registrar as receitas e custos com construção.

Para as empresas atuantes no ramo de distribuição de energia, os índices apontaram que os patrimônios líquidos regulatórios são superiores aos societários. Os índices são todos próximos de 1. Na maioria dos anos os testes de média rejeitaram a hipótese nula. Essa tendência é justificada pelo não reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios pela contabilidade societária, pelas reavaliações de ativos imobilizados a Valor Novo de Reposição na contabilidade regulatória e pelos efeitos da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão. Já os lucros líquidos societários foram superiores aos regulatórios em 2010 e 2011, e inferiores aos regulatórios em 2012 e 2013. Os resultados evidenciaram uma tendência de distanciamento desses valores, com o decréscimo do índice. A hipótese nula foi rejeitada apenas no ano de 2011.

A limitação desse estudo se baseou na indisponibilidade das demonstrações financeiras regulatórias e societárias, nos anos de 2010 a 2013, por parte da maioria das empresas listadas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para estudos posteriores, sugere-se que seja feito um estudo sobre a relevância da informação contábil das demonstrações regulatórias e societárias; e também um estudo baseado em notas explicativas das conciliações entre contabilidade societária e regulatória em todas as áreas de atividade, buscando saber se as normas regulatórias estão sendo aplicadas de acordo com o Manual de Contabilidade Societária do Setor Elétrico (MCSE).

REFERÊNCIAS

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3 ed. Brasília: Aneel, 2008. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>> Acesso em: 10 Nov. 2014.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico**. Brasília: Aneel, 2013a. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2013/026/documento/produto_5_-_final.pdf> Acesso em: 10 Nov. 2014.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias**. Brasília: Aneel, 2013b. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1775> Acesso em: 10 Nov. 2014.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução Normativa RN n° 396/2010**. Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL n° 444, de 10 de outubro de 2001. 2010. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 11 Nov. 2014.

BRASIL. **Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 12 de nov. de 2014.

BRASIL. **Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995a**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. **Lei n° 9.074, de 07 de julho de 1995b**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9074cons.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.** Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19427cons.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRUGNI, T. V.; RODRIGUES, A.; CRUZ, C. F.; SZUSTER, N. IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 9., 2011, Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Anual Da Associação Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Administração–ENANPAD**, 35, Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

CARVALHO, E. S. **Um estudo comparativo entre indicadores econômico-financeiros, baseados na contabilidade regulatória e nas normas contábeis internacionais das empresas de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro.** 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CARVALHO, E. S.; MIRANDA, L. C.; WANDERLEY, C. A.; MONTEIRO, J. A. M. Efeitos das divergências entre contabilidade regulatória e normas contábeis internacionais nas demonstrações contábeis das empresas distribuidoras do setor elétrico brasileiro. In: VI Seminário UFPE de Ciências Contábeis, 2012, Recife. **Anais do VI Seminário UFPE de Ciências Contábeis.** Recife: UFPE, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.** 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=10>> Acesso em: 18 nov. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/2005.** Cria o comitê de pronunciamentos contábeis - (CPC), e dá outras providências. Disponível

em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>> Acesso em: 18 nov. 2014

CONSULTORIA TENDÊNCIAS. **Setor Elétrico Brasileiro: Cenários de Crescimento e Requisitos para a Retomada de Investimentos**, São Paulo, 2003.

Disponível em:

<http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca_docs/EstudoCenarios-CBIEETendencias.pdf> Acesso em: 12 nov. 2014

DEFOND, M., HU, X., HUNG, M., & LI, S. The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. **Journal of Accounting and Economics**, p. 240–258, 2011.

DEFRANCO, G., KOTHARI, S. P., & VERDI, R. S. The Benefits of Financial Statement Comparability. **Journal of Accounting Research**, p. 895–931, 2011.

FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

FÁVERO, P. F.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados – modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysts perspective: Some European evidence. **Journal of Accounting Research**, p.64-76, 1980.

HOPPE, A. A. **Estudo sobre as diferenças de práticas contábeis nas demonstrações contábeis societárias e regulatórias de distribuidoras de energia elétrica no Brasil**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Normas Internacionais de Relatório Financeiro®**, 1º de janeiro de 2013. São Paulo, 2013.

IFRS FOUNDATION. **Rate-regulated Activities: Rate Regulation**. 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Rate-regulated-activities/Pages/Rate-regulated-activities-oct.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KVAAL, E., & NOBES, C. International differences in IFRS policy choice: A research note. **Accounting and Business Research**, p. 173–187, 2010.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G.; OLIVEIRA-LOPES, L. C. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas na NYSE. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, 2009.

MAGALHÃES, L. G. – Debate: Rate Regulated Activities. **In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL CPC NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS**. São Paulo, 2014.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, J. A.; WANDERLEY, C. A.; SANTOS, A. A.; CARVALHO, E. S. Um estudo sobre o nível de comparabilidade entre os valores contábeis regulatórios e societários das companhias brasileiras de distribuição de energia elétrica. In: VII Seminário UFPE de Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2013, Recife. **Anais do VII Seminário UFPE de Ciências Contábeis**. Recife, V. 1. p. 91-104, 2013.

OLIVEIRA, J. G.; MACEDO, A. C. A contabilidade societária como mecanismo de acompanhamento da gestão pública: um modelo de reestruturação das demonstrações patrimoniais. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 9-27, 2005.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, A. M. **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros**: Uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às IFRS. 2014. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, E. S.; CIA, J. N. S.; CIA, J. C. US GAAP x normas brasileiras: mensuração do impacto das diferenças de normas no lucro duplamente reportado pelas empresas brasileiras emissoras de ADRS na NYSE. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 12, p. 82-111, 2011.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE ELETRÔNICA**, São Paulo. São Paulo, vol.9 no.1, 2010.

SUZART, J. A. S.; SOUZA, V. R.; CARVALHO, A. S.; RIVA, E. D. Informações societárias versus informações regulatórias: uma análise da relevância da informação contábil no contexto das concessionárias brasileiras do setor elétrico. In: 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. **Anais do 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, 2012.

TANCINI, G. R. **Itens Regulatórios**: um estudo aplicado à regulamentação tarifária da energia elétrica no Brasil. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TAPLIN, R. H. The Measurement of Comparability in Accounting Research. **Abacus**, p. 383-409, 2011.

VAN DER TAS, L. G. Measuring Harmonisation of Financial Reporting Practice. **Accounting and Business Research**, p. 157-169, 1988.

WEETMAN, P.; JONES, E. A. E; ADAMS, C. A; GRAY, S. J. Profit Measurement and UK Accounting Standards: A Case of Increasing Disharmony in Relation to USGAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, p. 189-208, 1998.

ZAMBON, S. Increased Disharmony or Twin Accounting? A Closer Look at the Compatibility of UK Accounting Practices with US GAAP. In: **Discussion Paper Series In Accounting, Finance And Banking**. Department Of Economics And Isma Center, University Of Reading, 57., 1998.

APÊNDICE A – AMOSTRA DA PESQUISA

Área de Atuação	Entidades	Quantidade
<u>Geração</u>	Ampla Energia e Serviços S/A	<u>22</u>
	Boa Vista Energia S/A	
	Centrais Elétricas de Carazinho S/A.	
	Centrais Elétricas de Rondônia S/A	
	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.	
	Centrais Elétricas do Pará S/A.	
	Companhia Energética de Pernambuco	
	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	
	Companhia Hidroelétrica São Patrício	
	Companhia Jaguari de Energia	
	Companhia Leste Paulista de Energia	
	Companhia Luz e Força de Mococa	
	Companhia Nacional de Energia Elétrica	
	Companhia Paulista de Força e Luz	
	Companhia Sul Paulista de Energia	
	Companhia Sul Sergipana de Eletricidade	
	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	
	Empresa Elétrica Bragantina	
	Empresa Luz e Força Santa Maria S/A.	
	Furnas Centrais Elétricas S/A.	
Hidroelétrica Panambi S/A.		
Muxfeldt Marin & Cia. Ltda		
<u>Transmissão</u>	Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	<u>22</u>
	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	
	Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A	
	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	
	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	
	Companhia Transirapé de Transmissão	
	Companhia Transleste de Transmissão	
	Companhia Transudeste de Transmissão	
	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A	
	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	
	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S/A	
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S/A	
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S/A	
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S/A	
	Evrecy Participações Ltda.	
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.		
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.		

	Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	
	Sistema de Transmissão Catarinense S/A	
	Sistema de Transmissão Nordeste S/A	
	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	
<u>Distribuição</u>	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	<u>32</u>
	Amazonas Distribuidora de Energia S/A	
	Bandeirante Energia S/A.	
	Caiuá Distribuição de Energia S/A	
	CEB Distribuição S/A	
	Celesc Distribuição S.A.	
	Celg Distribuição S.A.	
	CEMIG Distribuição S/A	
	Companhia Campolarguense de Energia	
	Companhia de Eletricidade do Amapá	
	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	
	Companhia Energética de Alagoas	
	Companhia Energética do Ceará	
	Companhia Energética do Maranhão	
	Companhia Energética do Rio Grande do Norte	
	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	
	Companhia Força e Luz do Oeste	
	Companhia Piratininga de Força e Luz	
	Cooperativa Aliança	
	Copel Distribuição S/A	
	DME Distribuição S.A	
	Elektro Eletricidade e Serviços S/A	
	Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A	
	Empresa Força e Luz João Cesa Ltda	
	Empresa Força e Luz Urussanga Ltda	
	Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A	
	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.	
	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A.	
	Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	
	Light Serviços de Eletricidade S/A.	
	Rio Grande Energia S/A.	
	Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda	
<u>Geração e Transmissão</u>	CEMIG Geração e Transmissão S/A	<u>3</u>
	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	
	Copel Geração e Transmissão S.A.	

APÊNDICE B – OUTLIERS DA AMOSTRA

Entidade	Ano	Tipo de empresa	LL/PL	IC Gray
Centrais Elétricas de Rondônia S.A	2010	Geração	PL	-7,69985
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.		Transmissão	LL	-34,06250
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.		Transmissão	LL	13,06073
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A		Transmissão	LL	6,85714
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	2011	Transmissão	LL	5,43742
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.		Transmissão	LL	11,73846
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A		Transmissão	LL	21,69915
CEB Distribuição S.A		Distribuição	LL	-2,13133
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de energia S.A		Distribuição	LL	-16,27524
Centrais Elétricas de Rondônia S.A	2012	Geração	LL	-10,12621
Companhia Leste Paulista de Energia		Geração	LL	-42,30263
Empresa Elétrica Bragantina		Geração	LL	-3,97932
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.		Transmissão	LL	-18,00603
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.		Transmissão	LL	11,92661
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A		Transmissão	LL	-42,88119
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A		Distribuição	LL	6,37071
Energisa Tocantins - Distribuidora de energia S.A		Distribuição	LL	14,10925
Companhia Nacional de Energia Elétrica	2013	Geração	LL	-10,05414
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.		Transmissão	LL	8,42609
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.		Transmissão	LL	8,38908
CEB Distribuição S.A		Distribuição	LL	-516,97153
Celesc Distribuição S.A.		Distribuição	LL	5,19538
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A		Distribuição	LL	21,27702

APÊNDICE C – RESULTADOS SHAPIRO-FRANCIA E SHAPIRO-WILK

SHAPIRO-WILK W TEST FOR NORMAL DATA					
Variable	Obs	W	V	z	Prob>z
PL_REG_2010	79	0.52453	32.301	7.609	0.00000
PL_SOC_2010	79	0.52917	31.986	7.587	0.00000
PL_REG_2011	79	0.56361	29.646	7.421	0.00000
PL_SOC_2011	79	0.55395	30.303	7.469	0.00000
PL_REG_2012	79	0.49311	34.436	7.749	0.00000
PL_SOC_2012	79	0.51182	33.165	7.667	0.00000
PL_REG_2013	78	0.57021	28.894	7.360	0.00000
PL_SOC_2013	78	0.42214	38.849	8.007	0.00000
LL_REG_2010	76	0.67896	21.130	6.665	0.00000
LL_SOC_2010	76	0.71789	18.568	6.383	0.00000
LL_REG_2011	73	0.69157	19.643	6.491	0.00000
LL_SOC_2011	73	0.74394	16.308	6.085	0.00000
LL_REG_2012	70	0.50761	30.308	7.419	0.00000
LL_SOC_2012	70	0.49662	30.984	7.467	0.00000
LL_REG_2013	73	0.64995	22.294	6.767	0.00000
LL_SOC_2013	73	0.73877	16.637	6.129	0.00000
LL_SOC_2013	73	0.73877	16.637	6.129	0.00000
SHAPIRO-FRANCIA W' TEST FOR NORMAL DATA					
Variable	Obs	W'	V'	z	Prob>z
PL_REG_2010	79	0.51541	36.368	6.995	0.00001
PL_SOC_2010	79	0.52013	36.013	6.976	0.00001
PL_REG_2011	79	0.55425	33.453	6.833	0.00001
PL_SOC_2011	79	0.54458	34.178	6.874	0.00001
PL_REG_2012	79	0.47959	39.056	7.134	0.00001
PL_SOC_2012	79	0.49822	37.658	7.063	0.00001
PL_REG_2013	78	0.56126	32.588	6.776	0.00001
PL_SOC_2013	78	0.40396	44.272	7.372	0.00001
LL_REG_2010	76	0.66122	24.640	6.222	0.00001
LL_SOC_2010	76	0.69971	21.840	5.988	0.00001
LL_REG_2011	73	0.67450	22.916	6.065	0.00001
LL_SOC_2011	73	0.73003	19.006	5.703	0.00001
LL_REG_2012	70	0.48593	34.989	6.866	0.00001
LL_SOC_2012	70	0.47511	35.724	6.906	0.00001
LL_REG_2013	73	0.62203	26.610	6.355	0.00001
LL_SOC_2013	73	0.71825	19.836	5.786	0.00001